

André Leme Sampaio

MEDITAÇÃO

- Ensaio -



1966

*As meu ditado amigo Comodoro
Celso Maria de Mello Furtado*
MEDITAÇÃO *co com extina ope.*

Capítulo I *Campinas, 18-9-68*
J. D. S. Campini

Reflexão e observa-
ção. Inutilidade da
reflexão para o au-
toconhecimento. Im-
possibilidade da au-
to-observação pura.

O método psicanalítico da "associação livre de idéias", como exemplificaremos mais adiante, consiste na persecução, por parte do analisando, de todo pensamento espontâneo que, por efeito de um determinado estímulo, lhe for surgindo na mente. Para esse fim, o paciente se obriga a não exercer nenhuma crítica sobre qualquer pensamento, ou ideia, que lhe ocorra no momento da análise: tudo tem que ser apenas observado, sem escolha e sem rejeição.

Ora, sobre essa matéria, frisando a diferença entre reflexão e auto-observação, diz Freud na "Interpretação dos Sonhos" (pagina 127, da edição argentina) o seguinte: "Em meus trabalhos psicanalíticos, tenho observado, que a disposição de animo do homem que reflexiona é totalmente distinta daquele que observa seus processos psíquicos. Na reflexão, intervem mais intensamente a ação psíquica do que na mais atenta auto-observação, diferença que se revela na tensão que expressa a fisionomia da pessoa que reflete, contrastando com a serenidade mimica do auto-observador. Em ambos os casos, tem que existir uma concentração da atenção, mas na reflexão exercita-se, além disso, uma crítica, em consequência da qual se rejeita uma parte das ocorrências emergentes, depois de percebê-las, interrompem-se outras em seu desenvolvimento, negando-se os caminhos que se a bremsam ao seu pensamento, e reprimem-se outras antes que cheguem a percepção, não se deixando tornar conscientes". (1)

*

1 - Reprimir o que não se conhece, o que ainda não se julgou merecedor de repressão, parecerá um absurdo ao leitor não familiarizado com as noções mais ge

Poucas linhas adiante, porém, diz, êsse mesmo autor que, para o objetivo pleno da análise dos sonhos e das idéias patológicas, o analisando tem de renunciar, "intencionada e voluntariamente", aquela atividade crítica e empregar a energia psíquica, assim economizada, na atenta observação dos fenômenos emergentes. Deste modo, se convertem em "voluntárias as representações involuntárias" - os pensamentos ligados ao material inconsciente reprimido.

Vê-se, pois, pela afirmativa do próprio criador do método da "Associação livre de idéias", que esta nunca pode ser livre, uma vez que a auto-vigilância do analisando, com o objetivo de não selecionar os seus pensamentos, implica sempre um esforço, o qual lhe advem da deliberação mesma de não escolher. Com efeito, pois, o fato de mantermo-nos em guarda contra um processo seletivo de nossa mente não envolve uma ação refletiva igual a que busca associações adequadas a uma idéia ou palavra estímulo? Como impedir um trabalho de seleção de nosso espírito, se não refletirmos, embora rápida e sinteticamente, sobre a escolha que, no ato, se estiver efetivando?

Com o fim de ilustrar esta matéria com o exemplo acima aludido, exponhamos antes o seguinte: Quando procuramos observar os pensamentos que nos acodem, mercê de um estímulo qualquer - uma idéia, uma palavra - notamos insinuarem-se outros numerosos pensamentos que, pelo propósito que temos de seguir retilmente os pensamentos primitivamente estimulados, serão banidos, a medida que surgem, do campo de nossa consciência. É evidente, neste caso, que se trata de uma ação refletiva, pois com ela procuramos ordenar nossas idéias, dar coerência aos nossos pensamentos. Mas, se deliberarmos não rejeitar, ou não acolher, nenhum pensamento, não estaremos, no processo dessa deliberação, como no primeiro caso, isto é, buscando também uma ordem, que é a de nos formos coerentes com uma decisão antes tomada? Torna-se patente, pois, que o processo com que procuramos relacionar entre si as idéias que nos ocorram é o mesmo com que repelimos essa procura. Este fato encerra sempre reflexão e esforço e pode ser expresso mais simplesmente, dizendo que a deliberação de não escolher é ainda uma escolha.

Mas é nessa contradição penosamente experimentada pelo analisando, e na qual não há - e claro - a possibilidade de observação pura de nada que lhe acuda à mente, e nessa contradição, repetimos, que cessam seus pensamentos conscientes. Nela também é que um dos pensamentos que vinham interferindo no seu processo mental, o de dar coerência aos pensamentos primitivamente estimulados, ou o de repelir essa mesma coerência (o que, e ainda, insistimos, buscar coerência) é nela também, dizíamos, que um dos pensamentos intercorrentes o arrasta no seu encaixe, retirando-o do esforço de sua reflexão. Mas este último se ampliara em uma fantasia, e só aos elementos desta poderemos dar o nome de pensamentos espontâneos, pois surgem unicamente na ausência da lembrança do propósito de segui-los ou - o que é a mesma coisa - na ausência da sensação de sua presença no processo em causa. Mas, por este fato mesmo, pode ele acompanhar "pari-passu" estes últimos pensamentos? Claro que não, pois quando, por um estímulo eficaz, o analisando se lembra do propósito de observá-los, muitos dos elementos do seu devaneio já são passados ou se dissiparam.

Mas citemos agora o exemplo a que nos referimos. O analisando procura observar tudo o que lhe aflora à consciência ante o estímulo da palavra "pedra", um dos elementos de um sonho que tivera, ou ante o que esta lhe representa: tenacidade, dureza, resistência, etc.. Acode-lhe, então, o provérbio "água mole em pedra dura..." Logo em seguida, refere-se a construções de pedra, ao desarranjo dos paralelepípedos de sua rua, a tenacidade de certas lembranças e de outros fatos por ela sugeridos. Ora, é evidente que a deliberação de acompanhar esse processo mental seguiu-se um esforço, uma busca nos escaninhos de sua memória. Sendo assim, nada do que re tivera, mesmo em curto lapso, foi espontâneo. Entre esses pensamentos, porém, outros emergiram à sua percepção, mas, dada a sua velocidade, não puderam ser abrangidos pela consciência.

rais da Psicanálise. Entretanto, esta ciência o demonstra como um fator essencial na gênese das neuroses.

Mas o esforço continua, até que a lembrança do romance "Noemi", que descreve a destruição de Jerusalém, onde não ficou "pedra sobre pedra", o desvia do propósito inicial, fazendo-o esquecer a de liberação tomada, a de não selecionar o que lhe for ocorrendo. Ato contínuo, empolgam-no numerosas fantasias relativas as descrições e entretidos desse romance bíblico, muitas de caráter sexual. Tomado desse devaneio, recorda-se de varios fatos sexuais do livro sagrado, através dos liames que ligam aquele romance a Biblia, inclusive das relações de Betsabá e Davi, que, não obstante seus pecados (diz sua indulgencia para consigo proprio) fora cumulado de bênçãos pelo seu proprio Deus. Acode-lhe então a narrativa da morte do gigante Golias, que Davi prostrara com uma simples funda e uma "pedra". Ante a impressão sensorial desta palavra (pedra) cessam-lhe as associações espontâneas de sua divagação e o analisando como que a-gorda e é remetido ao caminho de que se desviara, a sequencia das idéias que seguia.

A Psicanálise diria que o despertar do paciente se dera em virtude de um fato penoso de ser recordado, pois a lembrança do episódio bíblico tenderia a fazê-lo lembrar, em termos do complexo de Édipo, do odio recalcado contra o pai, sentimento este, segundo Freud, tizado de fortes matizes sexuais. Golias, aqui, seria a representação do pai; Davi, a do filho; a luta entre ambos, a aspiração do filho de suplantar o pai.

Mag no devaneio aqui exposto os pensamentos também são coerentes, visto que compoem uma fantasia. A diferença entre esta coerência e a da primitiva série, reside em que nesta não há, entre os seus elementos, a insinuação de pensamentos estranhos, fato que extingue o esforço da coordenação de idéias, a angustia da luta entre propensões contrarias: a de não acolher e, ao mesmo tempo, não rejeitar os pensamentos emergentes. É, pois, a fuga da angustia que o envereda para a fantasia, e seria também ela, segundo se depreende da assertiva psicanalítica acima, que o desperta e o reenvia a busca de associações adequadas a palavra estímulo. O que é importante frisar, porem, é que tanto em

sua reflexão como em sua divagação, nunca lhe é possível observar a si próprio, uma vez que, a rigor, este fato tem de efetuar-se no momento mesmo em que o pensamento surge, nada tem com a lembrança do propósito tomado, e é sempre desacompanhado de qualquer ação refletiva.

Mas a auto-análise, por isso, seria impraticável? Ou o conhecimento de nos mesmos não ultrapassaria as camadas superficiais de nossa psique?

Para responder, necessitamos antes das considerações seguintes. É um erro admitir que da intercorrerência dos pensamentos é que nasce o esforço com que procuramos não os selecionar. Bem ao inverso, a consciência da nossa deliberação de não os escolher, positiva ou negativamente, é que os cria. Isto, por que o simples conceito de escolhedor, implícito na deliberação, envolve também o da pluralidade dos objetos sobre os quais sua ação se exerce. E, no processo da deliberação em apreço, esses objetos não são os pensamentos que nêles se insinuem? Sendo assim, a interferência desses pensamentos, em vez de criar o esforço com que buscamos não os selecionar, e, pelo contrario, criada pelo esforço de que nos armamos - o qual também sentimos - com a simples intenção, consciente, de apenas observá-los. Mas esse nosso propósito decorre da sensação de nossa presença no processo em causa, que é a sensação do Eu, (2) donde se conclui que basta esta sensação, que encerra a noção de escolhedor, para que se nos derogue a capacidade de auto-observação. Mas, como extinguir a sensação do Eu, por um instante que seja, quando nos empenhamos em nos conhecer, sem que essa extinção represente, como vimos no devaneio, o intento de nos subtrairmos da angustia?

2 - Visando à clareza e simplicidade de exposição, evitaremos neste trabalho, o mais possível, definições de termos psicológicos. O conceito do Eu, por exemplo, tentaremos precisá-lo da seguinte maneira: Quando pensamos através de palavras, que é forma positiva de pensar, nos nos restringimos ao nosso próprio Eu. Com efeito, os significados das palavras estão rigorosamente adstritos ao condicionamento

que a linguagem como um instrumento, nunca lhe é passiva, responde a si mesma, mas que a resposta não é o fim da estrutura, mas o começo de uma nova estrutura, e assim sucessivamente, até que se chega ao ponto de partida de uma nova linguagem.

Uma a educação de um indivíduo, desde a infância, deve ser uma educação que lhe permita desenvolver a linguagem como um instrumento de trabalho, e não apenas como um instrumento de comunicação.

Assim, a linguagem deve ser ensinada como um instrumento de trabalho, e não apenas como um instrumento de comunicação. Isso significa que o indivíduo deve ser incentivado a usar a linguagem para expressar seus pensamentos, sentimentos e experiências, e não apenas para se comunicar com os outros.

Em outras palavras, a linguagem deve ser ensinada como um instrumento de trabalho, e não apenas como um instrumento de comunicação. Isso significa que o indivíduo deve ser incentivado a usar a linguagem para expressar seus pensamentos, sentimentos e experiências, e não apenas para se comunicar com os outros.

Assim, a linguagem deve ser ensinada como um instrumento de trabalho, e não apenas como um instrumento de comunicação. Isso significa que o indivíduo deve ser incentivado a usar a linguagem para expressar seus pensamentos, sentimentos e experiências, e não apenas para se comunicar com os outros.

mental de quem por essa forma pensa. Assim, nosso Eu - simples condicionamento - nada menos é do que nós mesmos, quando desse modo pensamos, embora o façamos comumente sem a expressão oral ou gráfica do pensamento.

CAPÍTULO II

Falsidade do tempo psicológico. Descontinuidade do Eu. Ilusão do aperfeiçoamento paulatino do indivíduo e da sociedade. Inércia dos pensamentos. Atuação perene e dominante das vivências infantis. Identidade da vida e do sonho.

Antes de responder à pergunta que finaliza o capítulo anterior, discorrámos sobre dois importantíssimos assuntos que, por estarem indissoluvelmente entreteçados, não podem ser tratados separadamente. Um é o da duração que ilusoriamente atribuímos a um determinado ato psíquico - o tempo psicológico; outro, o do gradualismo que erroneamente conferimos a série de atos psíquicos que a ele se segue.

Tomemos como exemplo o caso que vimos examinando, o da deliberação de analisando de submeter-se ao método da "associação livre de ideias". Ora, esta patente que esse ato, a deliberação, é a reação a um determinado estímulo; e os atos posteriores, ou por outra, as atitudes ante os pensamentos interferentes, no momento em que surgem, não seriam reações perfeitamente idênticas aquela, embora efetivadas ante estímulos na aparência diversos? Se demonstrarmos essa identidade, não se torna evidente que tais atitudes são completamente autónomas, ou seja, não estarão nunca na dependência da deliberação inicial e serão sempre a repetição monotona do que antes fora delibrado? Isto, indubitavelmente, nega a duração daquele ato psíquico do começo, pois no conceito dessa duração está implícito um sentido de progresso, ou melhora, nas atitudes que lhe seguem.

Para esclarecimento, consideremos o que se passa em qualquer caso de neurose. Diz a Psicanálise que seus sintomas, tanto na histeria como na neurose obse

obsessiva, representam fugas da angústia. Estas fugas, pois, é que anomalizam a conduta do neurotico, o desadaptam da vida social e, pelo desejo de cura, o dispõem a análise. No desenvolvimento desta, porém, ele se esforça por não selecionar os pensamentos que lhe ocorrem. Quer isto dizer que ele procura fugir da neurose, arrostando a angústia decorrente do processo psicanalítico, a qual provem da sensação da sua presença ante os pensamentos que, então, se insinuam no processo mental a que atende. Mas a deliberação de tratar-se, de submeter-se a análise, é uma das exigências - a principal - que a vida social lhe apresenta e vem sempre acompanhada da angústia cuja origem é a mesma da que o assalta ante os pensamentos interferentes, uma vez que estes são ramificações do complexo que o desadaptou socialmente. Ora, este fato demonstra que o conteúdo da análise é uma reprodução abreviada do que o mundo externo lhe impõe e nos leva a concluir que a deliberação referida e as atitudes ulteriores ante os pensamentos interferentes, são uma só coisa, visto que tem o mesmo estímulo - a desadaptação, qualquer que seja, e o mesmo móvel - a angústia. Isto, que parece um jogo de palavras destinado a encobrir coisa tão simples, não é, entretanto, pois a própria Psicanálise comete o erro de supor que o neurotico foge primeiramente da angústia e, tendo assim criado os sintomas da neurose, foge secundariamente da doença, inutilizando-se, desta maneira, no isolamento de sua vida de relação. Admitir isso seria dar razão a quem dissesse que não tem medo da morte, mas sim de que, mais tarde, com o enfraquecimento que lhe traga a velhice, venha a ter medo de morrer. Mas o medo de ter medo de uma coisa não é o medo dessa própria coisa? A analogia, pois, é perfeita.

Nesta mesma ordem de idéias, arriscando-nos a repetições do que já dissemos, detenhamo-nos agora, com mais particularidade, sobre um dos assuntos acima aludidos e que, no fundo, é uma extensão do que expusemos aqui. Referimo-nos ao tempo psicológico - a falsa duração do ato psíquico inicial do analisando. Assim, quando o neurotico, com o fim de curar-se, delibera não selecionar os pensamentos que lhe acodem, ele já imaginou, embora confusamente, qual a

natureza dêsses pensamentos e quais as dificuldades que, para cumprir essa deliberação (fato que exige determinado tempo), terá de enfrentar. Estará, então, criado o tempo psicológico que, no caso, resulta de admitir o paciente, fora do seu estado psicológico atual, outro estado tomado como ponto fixo e que ele procurará atingir através de outros pontos fixos intermediários, isto é, situações de saúde mental em que ele espera encontrar-se até vencer, nessas novas condições, todas as resistências que opora ao conhecimento de si mesmo - as barreiras que fatalmente lhe depararão no decurso da análise. (1) Forja assim o paciente uma situação falsa, na qual imagina que as atitudes posteriores relativas ao seu desejo de cura estarão solidamente vinculadas a decisão de submeter-se ao tratamento psicanalítico e seguirão um sentido progressivo de melhora até culminarem no estado de higidez mental a que aspira.

Mas, como dissemos antes, a deliberação de tratar-se e qualquer atitude que dela julgamos dependentes são reações perfeitamente idênticas. Como então justificar o gradualismo aqui admitido, a linha ascensional que seguiriam as atitudes do analisando até se tornarem atos de pura sanidade psicológica? O lógico não será ter como certo que as atitudes referidas são apenas repetições do ato psicológico da decisão inicial, que se apresentara sempre monotonamente a mesma, embora nunca deixem de ser diferentes as ocorrências que lhe servirão de estímulos? A ser assim, como na verdade é, o fato de reagir o paciente de maneira idêntica a acontecimentos diversos - o que é sentir estímulos iguais - não revela de sua parte um propósito inconsciente

1-Isto, é claro, quando o paciente já está informado de que só o autoconhecimento o libertará de sua doença. Como exemplos de "pontos fixos intermediários" acima aludidos, imaginemos o seguinte: o paciente hesita em revelar pensamentos sexuais, mas espera fazê-lo posteriormente, não só pela confiança que adquire no analista, mas também pela esperança de que se confirme, no decorrer da análise, a ideia que, as vezes, obscuramente, tem sobre esses pensamentos: a de que não são tão graves ou vergonhosos como, no momento, lhe parecem.

de continuar a ser o que é? O gradualismo aqui re-
ferido, pois, ou a permanência atribuída ao ato psi-
quico da deliberação - o tempo psicológico, enfim -
tudo nada mais é do que uma sutil astúcia da mente
do analisando, ou do seu Eu. Com efeito, pela no-
ção falsa do aperfeiçoamento gradual de si mesmo,
noção que é a da sua continuidade no tempo - fato,
como veremos, igualmente falso - procura apenas re-
petir-se ante todo estímulo, evitando assim a trans-
formação própria que ilusoriamente julga buscar. *
Igual fenómeno se passa com o religioso que preten-
de atingir a bem-aventurança de sua crença com depu-
ração de seus sentimentos, ou aperfeiçoamento de
sua alma. Por esses caminhos, tal como sucede ao
neurotíco, forjados pela parte inconsciente do seu
Eu, que luta para permanecer o que é, ele tão-so-
mente foge do que engansadamente diz a si mesmo que
procura. O Eu, pois, não é uma entidade contínua
no tempo, e os atos psíquicos com que responde aos
desafios que a vida lhe apresenta duram, cada um,
apenas um momento, o lapso suficiente para enganar-
se com o conceito de seu aperfeiçoamento paulatino
e, assim, ocultar a si mesmo a sua descontinuidade.
Acontece aqui o mesmo que no sonho. Enquanto dor-
mimos, busca aflorar a nossa consciência, com mais
intensidade do que na vigília; em virtude do afro-
xamento de nossa censura, o "reprimido inconscien-
te" (Freud). Por outras palavras, as "ideias laten-
tes" do sonho se transformam em "ideias manifestas".
Mas estas não possuem entre si nenhum nexó, nenhuma
sucessão ordenada, conforme ensina a Psicanálise.
O último fator que participa da feitura do sonho, a
"elaboração secundária" - função do pensamento des-
perto - é que lhe dá a apresentabilidade com que
posteriormente o comunicamos, forjando relações en-
tre as "ideias manifestas", harmonizando-as no tem-
po a maneira de relato de historietta. Analogamen-
te, nossas percepções ou nossas reações aos estímulo-
s (todas se reduzem a pensamentos) não são inter

* A noção de continuidade aqui exposta é a da Mate-
mática: "Variação insensível de uma grandeza". A re-
petição do Eu, pois, pode apenas ser referida como
contigüidade.

dependentes como o faz supor o gradualismo acima descrito. Como no sonho, nosso Eu, na sua ansia de continuidade - ou melhor, pela inercia dos pensamentos que o formam (2) - é que cria essa ilusão. O que é contínuo neste processo é a ação do "reprimido inconsciente" que, forçando, sem treguas, as portas da consciência, nada mais faz, pela ação repressora do Eu, que este se repita na reação a cada estímulo. O Eu, pois, é descontínuo. Suas percepções, - representações do reprimido - são como as "ideias manifestas" aludidas: completamente desconexas.

Assim, o gradualismo citado não é mais do que uma "elaboração secundária" em tudo idêntica a do sonho. Resulta, pois, em pura arbitrariedade admitir que nossas ideias (pensamentos) de hoje se vinculam, obrigatoriamente, as de ontem e que, logicamente, determinam as de amanhã. Não cabe aqui a objeção de que, se assim fosse, não haveria progresso intelectual ou moral do indivíduo e, consequentemente, nenhuma evolução social. O que se passa é que esse progresso se efetiva indiretamente pela ação dos pensamentos sobre o reprimido, fato que só se dá, como veremos no capítulo seguinte, quando apreendemos, embora por um simples vislumbre, a descontinuidade do que tanto ansiamos por que permaneça: nosso Eu, ou os pensamentos estereotipados com os quais nos identificamos a ponto de confundí-los com nós próprios.

Mas a repetição do Eu ante os estímulos, conceito diverso, insistimos, do da sua continuidade - pois esta implica o gradualismo acima descrito, criador do tempo psicológico - essa repetição leva-nos

2 - O pensamento, como reação do passado, reproduz, no domínio moral, o fenômeno que, em Física, se intitula "inércia no movimento". Assim, as ideias (cristalização de pensamentos) procuram sempre permanecer o que são, ou seja, tendem a seguir uma direção que signifique sua repetição indefinida. Ilustra bem este fato a tenacidade com que a maioria das pessoas se apega aos preconceitos em que foi educada. Ora, é evidente que este afêro é imposto pela resistência do reprimido a emergir à consciência e traduz a luta do pensamento contra o estímulo que o impele a uma nova direção.

a concluir que, mesmo em nossa conduta adulta, impõem-se-nos sempre as vivências dos primórdios de nossa infância. Isto é: como fazíamos naquela remota época, nós, pela própria natureza do Eu, nunca deixamos de fugir da complementação das experiências que o formaram e que nos perseguem até que as entendamos ou as completemos. É o que nos informa a vigilância plenamente atenta da nossa conduta em face de qualquer fato da vida diaria. Assim, mais do que formados pelos acontecimentos de nossa tenra infancia, nós os vivemos sempre, até em seus menores detalhes. Deste modo, os adjetivos pomposos com que qualificamos nossas atitudes, aspirações e reações posteriores aquela época, tais como "nobres", "espirituais", "idealísticos", etc., nada mais são do que novas roupagens dos mesmos elementos do nosso comportamento infantil, apreendidas em variadas e numerosas práticas da vida. (3) Ora, este fato confirma a identidade aqui assinalada entre a vida desperta e o sonho, pois este, em qualquer tempo em que surja e qualquer que sejam suas "idéias manifestas", tem sempre como força formadora a resultante do entrechoque das influências que nos modelaram em nossa mais longínqua infancia.

3 - Está neste caso o medo à morte, a angústia ante a perspectiva do nosso não preenchimento nesta vida, a qual nos leva a imaginar uma existência pessoal no além-tumulo. Seria isto uma fuga da angústia em face da possibilidade de abandono dos Poderes do Destino, sentimento este que redonda da repetição do medo intensamente sentido pela criança ao desamparo dos seus próprios pais. Ora, a observação atenta deste fato seguir-se-ia o desmoronamento de tudo que, por intermédio do medo, forjamos para a consecução de novas oportunidades numa idealizada vida extra-terrena. Isto, porque, segundo a noção acima exposta, não se trata de continuidade após a morte, mas de uma repetição do Eu, invariavelmente o mesmo de sempre, conquanto se revistam com frequência de novas e diferentes representações as experiências incompletas que o compoem. É inútil, portanto, e até um contra-senso criado pela falsidade do tempo psicológico imaginarmos oportunidades além das que agora temos. Se na morte, pois, ou na exata compreensão da descontinuidade do Eu, pode haver renovação.

O tempo psicológico, portanto, é uma ilusão. Ele nasce do fato de termos como possível uma visão justa tanto do passado como do futuro, o que, através de dolorosas experiências, a vida nos desmente com frequência. Com efeito, pois quando consideramos o passado não o fazemos com o condicionamento imposto por esse mesmo passado? E quando olhamos para o futuro, não transportamos para um ilusório porvir aquelas mesmas influências condicionantes do passado? Assim, nunca é verdadeiro o que consideramos nesses dois tempos. Dentro deles, no entanto, é que o Eu se move, evitando o presente, que, para ele, se reduz a mero traço de união entre o passado e o futuro. Entretanto, só há o presente e, tão-somente nele, ou na compreensão exata da descontinuidade do nosso Eu, é possível o entendimento do que realmente existe.

--:--

CAPÍTULO III

Ficção do Eu como entidade possuidora do livre-arbitrio. O pensante (o Eu) é apenas pensamento. É irremissível sua prisão ao ferreo círculo vicioso dos estímulos que recebe e das reações que lhes opõe.

No capítulo I d'êste ensaio, dissemos que a sensação de nossa presença no processo da "associação livre de ideias" é a sensação do Eu, e que a mesma implica a noção de escolhedor, o que cria os pensamentos interferentes. Mas o conceito de escolhedor envolve pensamentos sobre nós mesmos, evidentemente os de que somos livres em nossas decisões. E não seriam esses pensamentos o que nos incapacita para a auto-observação? É o que veremos com as considerações d'êste e do capítulo imediegto.

É claro que, quando se delibera não selecionar os pensamentos intercorrentes já referidos, mas apenas observá-los -o que é auto-observação- admite-se com esse ato a faculdade de livre escolha, e o mesmo acontece quando se procura efetivar essa deliberação, supondo que dela dependem os atos posteriores seguintes. Mas, insistimos, esses atos posteriores são meras repetições do ato psíquico do começo, fato este que nos leva a conclusão de que os estímulos, tanto os da deliberação como os das atitudes subseqüentes, são sempre sentidos como iguais, uma vez que determinam reações idênticas. Desta maneira, nunca podemos sentir um estímulo como novo, visto que nos é impossível desliga-lo da reação que lhe opomos.

Mas expliquemo-nos. Nós costumamos separar, como em compartimentos estanques, os pensamentos que temos sobre nós mesmos daqueles relacionados a qualquer outro fato. Os primeiros, pois, nenhuma relação indissolúvel teriam com os segundos. Isto é:

se retirássemos de nos os pensamentos da primeira classe - os referentes a nossa pessoa - poderiam permanecer intactos os da segunda - os relativos aos fatos; inversamente, se suprimíssemos estes últimos, seria possível aos primeiros subsistir imodificados. Ora, isto, que é equiparar as duas classes de pensamentos quanto a sua origem, significa também, conseqüentemente, crer na existência do pensante separado de seus pensamentos, ou admitir que podemos, ou poderíamos, ter ideias diferentes das que agora temos ou tivemos sobre os fatos ou sobre nós mesmos. Mas é isso verdadeiro? E que significa retirar pensamentos do pensante?

Para responder, consideremos a terapêutica psicanalítica. É evidente que ela retira do neurotico cogitações doentias sobre coisas, pessoas ou situações que os impressionam; mas, assim procedendo, não modifica também o pensante, que então pensará diferentemente a respeito de si próprio? Nós somos, pois, o ponto de referência de toda importância que conferimos ao que nos interessa; inversamente, os pensamentos que temos sobre nossa pessoa, ou sobre o padrão de conduta que a nós traçamos, só existem relativamente aquela importância. Ora, este fato, que mesmo o senso comum reconhece como verdadeiro, se passa em qualquer atividade da mente, menos, e claro, nas estritamente aplicadas ao estudo das ciências. De fato, pois quando julgamos alguém, quando o enaltecemos ou o depreciamos, quando o odiamos, não o fazemos tomando como paradigma a ideia que, consciente ou inconscientemente, fazemos de nós mesmos? Esta sempre presente em nossa psique, clara ou oculta, uma atitude ou comportamento nosso ante toda ocorrência ou fato que nos pareça relevante. Com o intuito de vermos com clareza, de sermos razoáveis, esforçamo-nos para que tal não se dê; mas nesse esforço, não está implícito um ideal que prefiguramos a nós próprios? Ve-se, assim, que, em qualquer caso, há sempre pensamentos sobre nós mesmos, pois a tanto se reduzem as representações, conscientes ou inconscientes, (1) do modelo a que nos buscamos cingir.

Mas nós conferimos a êsse modelo a faculdade de escolha, de coerência, de pensar. E, procedendo des

te modo, não estamos exercendo uma faculdade já atribuída a ele, a projeção de nos mesmos? Ilustra este fato a resposta de Krishnamurti a assertiva de que, para despojarmo-nos do Eu, teríamos de nos encerrar num mosteiro e levar vida de eremita. Diz esse pensador que nossa ideia do que seja uma vida de completa renúncia desvia-nos do entendimento do que é a existência livre das influências do Eu. Essa ideia, pois - pensamentos sobre nós mesmos, concentrados para a formação do modelo que imaginamos de um eremita - é apenas outra forma do nosso próprio Eu. Ela se distende ante a permanência do estímulo que a motivou, e essa distensão, como a de todos os conceitos frutos do nosso condicionamento, constitui-se sempre de pensamentos que nos vedam a compreensão, como puros e novos, dos fatos que a vida insistentemente nos apresenta. (2)

1 - Como dissemos em nota anterior, existem representações, ideias e pensamentos inconscientes. Destes é que se forma o Super-Ego (Freud), cuja função é a consciência moral.

2 - Este assunto envolve o da íntima união entre causa e efeito. Quando um fato nos impressiona, ele o faz através do nosso condicionamento, isto é, nós o revestimos de pensamentos instantaneamente cristalizados em ideia. Mas nós reagimos a esse estímulo, já eivado de condicionamento, com pensamentos também condicionados. O Eu, porém, que é só condicionamento, não quer reconhecer esse ferreo cativeiro as circunstâncias que o rodeiam, e daí o imaginar-se livre para manipular efeitos e evitar causas. Conseqüentemente, concebe de modo falso e arbitrário a divisão entre o estímulo (causa) e a reação (efeito). Entretanto, existe realmente um brevíssimo espaço de tempo que os separa, e só nesse lapso, que se pode dilatar com a meditação correta, é possível conhecer-se o puro e o novo.

Disso se conclue que não existe o pensante, mas apenas pensamentos que, como reações a estímulos, se impõem de conformidade com propensões pessoais criadas pelo passado, assim do indivíduo como da espécie.

Em suma, objetivemos mais uma vez, singularizando o pronome "nos". Desta maneira, quando penso em mim, esse "mim" é meu pensamento. Mas atribuo (penso) a esse "mim" a faculdade de pensante, a capacidade de coordenar pensamentos ante o estímulo que nele me fez pensar. Assim, coordenando pensamentos para essa atribuição, não estou exercendo uma função conferida a esse "mim" que, como foi dito, é apenas meu pensamento? Vemos aqui, pois, um pensamento gerando outro pensamento, processo em que não cabe, absolutamente, nenhuma entidade livre que os ordene ou lhes dê coerência. Entretanto, não se trata, nestas considerações finais - como se verá no capítulo seguinte - de consagrar-se o absurdo de admitir no pensamento a faculdade de pensar, ou de conferir ao objeto a capacidade de ser sujeito de si próprio.

CAPÍTULO IV

Inutilidade da análise para o auto-conhecimento. O Eu (a entidade que se julga pensante) evita desesperadamente reconhecer-se como ficção. O combate que movemos contra um sentimento próprio reprovado por nós mesmos tem como consequência o seu fortalecimento.

Ensina-nos a ciência de Freud que o método da "associação livre de idéias" se converte sempre em auto-análise. A função do psicanalista consiste a penas em levar o paciente, nas sessões psicoterapêuticas, ao ponto de não poder evitar ocorrências próprias que lhe são sumamente desagradáveis e das quais, com todos os ardis da astúcia, procura fugir. Nesse momento, ao analisando reconhece com angústia a inutilidade de suas fugas, e, ante esta sensação, que é a do desamparo de toda ajuda do analista, cessa sua reflexão e despenda a tranquilidade imprescindível para que ele deixe de se opor aos pensamentos interferentes no processo mental a que se obrigara a atender - o de externar, sem acolhimento e sem rejeição, tudo que lhe vier a mente mediante determinado estímulo. Empregando uma imagem material, pode-se dizer que, nesse instante, se dá uma rutura na carapaça da porção consciente do seu Eu, fato que lhe permite vir a tona da percepção o resíduo dos recalques relacionados ao assunto em tela.

Marcado em seu II
Mas os movimentos do Eu, seu processo de ação, é sempre no sentido de desviar-se do inconsciente, de lutar pela própria estabilidade, razão por que a fresta aberta em seu envoltório, será logo fechada, o que servirá apenas para ampliá-lo em conhecimentos superficiais de si mesmo, ou, quando muito, para eximi-lo de limitações doentias. Ora, este fato, não obstante signifique valor inestimável como tera

ênutica das neuroses, nunca poderá, entretanto, apresentar garantia definitiva de eficácia, uma vez que, sendo solidamente interligados os complexos do analisando, estruturando dest'arte seu próprio Eu, essa garantia só se poderia efetivar com a estirpação integral das raízes de qualquer desses complexos, o que significaria o esvaziamento completo do seu inconsciente, onde reside até a memória da espécie.

Como poderemos, então, conhecer integralmente nossos atos psíquicos, o que decorre da observação pura dos pensamentos que nos acodem, sem a mínima intervenção da atividade reflexiva? Ou como manter nossa mente totalmente vazia das influências que nos formam e que nos obrigam a refletir quando da intervenção daqueles pensamentos? Pelo que dissemos acima, vemos que, com o método de pesquisa paulatina das origens inconscientes dos nossos atos e pensamentos, nunca o conseguiremos. E a explicação não pode ser outra além da que aqui consignamos. Isto é: por ter o Eu como seu arcabouço com plexos firmemente entrelaçados, toda análise por esse método, corresponde a um exame que um complexo faz de si próprio, fato que, pela ação reflexiva sempre nele presente, nunca permite a serenidade indispensável a uma perfeita observação. Mas o reconhecimento da inutilidade desse método, o da associação livre de ideias, não nos traria essa serenidade?

Como dissemos no segundo capítulo deste ensaio, toda análise pelo método freudiano reproduz, abreviadamente, as ocorrências que a vida nos impõe. Isto, porque quem procura conhecer-se por esse método, só o faz ante um motivo muito forte e de conteúdo análogo ao que o impelira, no desenvolvimento da análise, ao ponto de achar-se frente a frente do reprimido que obstinadamente busca evitar. Ele recorre assim ao único método que conhece: a análise a que o neurotico se submete como terapêutica. Mas, convencendo-se da inutilidade desse seu último recurso, não se seguiria a angústia dessa decepção, que é a sensação de abandono, a tranquilidade necessária para que ele possa ver-se tal qual é, sem condenação ou vaidade, no espelho que, a cada passo, as situações, as coisas e as pessoas

lhes apresentam? Assim, pois, é perfeita a analogia aqui exposta, o que demonstra, paradoxalmente, que mesmo o processo freudiano pode converter-se em sutil via de fuga ao autoconhecimento.

Mas qual a causa dessa conversão, senão o fato de a Psicanálise conservar, a despeito da profundidade a que as vezes chega, a noção do Eu como elaborador de pensamentos? E, como demonstraremos a seguir, não seria essa concepção errônea - em essência a da imprescindibilidade da reflexão para que nos conheçamos - o que dá validade à objeção de que é impossível admitir-se que um pensamento possa gerar outro pensamento sem que se atribua ao primeiro a faculdade de pensante?

Mas cabe aqui um parêntese, afim de, esclarecendo estas últimas considerações, demonstramos o que afirmamos no final do capítulo anterior. Com esse objetivo, voltemos ao que expusemos no início do presente capítulo sobre a ampliação do Eu.

Dissemos ali que a ampliação dessa instância psíquica, (o Eu), resultante da ruptura de sua carapaça, tende logo em seguida a estabilizar-se, cristalizando-se os novos pensamentos, psiquicamente melhorados, em idéias matrizes de ulteriores preconceitos. É evidente, porém, que essa estabilização se deve à inércia dos pensamentos aludida na nota inseta no Capítulo II, fenômeno que, sendo o da "inércia no movimento", isto é, sendo sempre ativo, impoza mais tarde a estabilização do começo uma regressão que irá reduzindo as reações do Eu, podendo convertê-las até em manifestos reflexos condicionados.

Mas há também outra lei física que se aplica à psicologia: "a cada ação corresponde uma reação igual e de sentido contrário". Assim, quando experimentamos um estímulo que se opõe a qualquer de nossas tendências, ou que propende a desviar-nos das idéias em que fomos educados, os pensamentos que então surgem representam sempre reação oposta à ação desse estímulo, embora muitos deles pareçam favorecer-lá. Mas expliquemo-nos: sendo óbvio que a ação de um estímulo nunca deixa de variar de pessoa a pessoa e segundo as circunstâncias em que a mesma se encontra, a impressão que em nós esse estímulo determi

na - isto é , os pensamentos que o revestem - já é uma reação condicionada, como igualmente o são os pensamentos com que a ele reagimos. Disto resulta, como se verá no exemplo aduzido mais adiante, que a luta contra uma tendência nossa reprovada por nos mesmos, ou o combate ao sentimento penoso dela nascido, e sempre imposta por essa própria tendência, ou esse mesmo sentimento, fato que tem por efeito sua permanência e até seu fortalecimento. A psicanálise reconhece como verdadeiro esse resultado final, mas, concebendo uma entidade repressora - o Ego - deixa-o inexplicado. E a noção da inércia a que nos referimos e a validade da lei física que citamos - o que reduz a sensação do Eu, que é nascida da oposição as nossas tendências, a um mero jogo de inércias - não no-lo explicariam? Temos que sim. E, tornando-o inteligível, extingue no ato a dor de qualquer sentimento em causa.

Mas alonguemo-nos um pouco mais, tomando como exemplo o mais comum dos sentimentos penosos - a inveja. Assim, quando nos assalta esse sentimento - o que só se pode dar mediante um estímulo - nossa reação será sempre a de combatê-lo, socorrendo-nos dos princípios religiosos e morais que nos formaram, bem como das experiências do ridículo a que em outras ocasiões, por varios motivos, nos expusemos perante nos mesmos. Mas verificaremos logo que esses recursos de nada nos valem, pois continuaremos perturbados pela inveja. Procuraremos então o auxílio da análise, pois, soubemos que só pelo conhecimento próprio, isto é, pelo entendimento exato das causas desse sentimento, poderemos extingui-lo. Desse modo, esforçamo-nos por aceitá-lo, com o intuito de não favorecer as resistências que impedem suas raízes de emergirem a nossa consciência. Vemos, porém, que a auto-análise também nos decepciona, por mais profundas que sejam nossas incursões no passado, recordando as numerosas ocasiões em que, em circunstâncias analogas, nos surgiu a inveja.

Entretanto, nesta segunda fase, costumamos dizer a nos mesmos que nossa ocupação do momento não é mais o sentimento em aprêço, mas o nosso próprio Eu, e que o estímulo que nos despertou a inveja apenas serviu de ensejo ao trabalho da análise, trabalho

êsse só possível quando sentimos contrariadas as nossas tendências. Mas não é isso uma ilusão que procuramos nos impingir, buscando desligar desse processo introspectivo o estímulo primordial da inveja? Se, na realidade, o que quero e não ser perturbado, não estarei, para este fim, imaginando (invejando) uma situação de não-inveja? Vê-se aqui, pois, a inveja, através de pensamentos relativos ao estado de não inveja, combatendo a si própria.

Mas dissemos no capítulo anterior que, quando penso em mim, exerço uma função desse "mim" (da minha projeção, dos meus pensamentos) que eu tenho como pensante. E concluímos, então, que não existe o pensante, mas apenas pensamentos que, como reações a estímulos, se impõem de conformidade a tendências criadas pelo passado, assim do indivíduo como da espécie. De fato, pois não são pensamentos - e pensamentos invejosos - o imaginarmos o estado de não inveja? E não são os pensamentos relativos a este estado que geram minhas penosas cogitações sobre esse sentimento? Pois existiriam essas cogitações, se eu não considerasse possível, consciente e inconscientemente (o que é ainda pensamento) (1), a situação ideal de não-inveja? E seria então necessário conceber-se uma entidade repressora (o Eu), que, pelo método da "associação livre de ideias", se esforçaria por não reprimir (o que é ainda repressão) o que tende a tornar-se consciente? Pois não se trata neste, como em todos os casos em que nós acabrunha um sentimento penoso, de um mero jogo de inércias - uma a dos pensamentos que reagem contra o estímulo tendente a

1 - A admissão da possibilidade da situação ideal de não-inveja é uma ocorrência que se dá, é claro, mediante um estímulo. Releia-se o que transcrevemos de Freud no início do Capítulo I. Esclarecer-se-á, então o que chamamos de pensamentos inconscientes - os que rejeitamos depois de percebê-los, os que interrompemos em seu desenvolvimento e os que reprimimos antes de chegarem a consciência.

desviá-lo de sua rota, outra a dos pensamentos que revestem o próprio estímulo, dando-lhe as qualidades que, como dissemos, variam conforme a pessoa que o sente e mesmo segundo as circunstâncias em que se apresenta?

Mas o combate acima aludido é inteiramente falso, pois o sentimento, ou a tendência que o gerou, nunca pode combater a si próprio. Se fôsse verdadeiro, ele não tenderia a firmar-se e a fortalecer-se. A impressão dessa luta ilusória nada mais é do que a sensação do jogo de inércias acima descrito. Trata-se de um fenómeno que se passa na intimidade do Eu, a despeito de ser externo o estímulo que o determina.

Entretanto, para clareza do que acabamos de expor, citemos mais um exemplo. Assim, suponhamos que estamos sendo arrogante e rancorosos em determinado caso, e que um estímulo - um exemplo de tolerância e humildade - nos informe dessa nossa tendência ao ódio e ao fanatismo. Ora, esse estímulo, exterior e puro, exerce uma tração sobre a série de pensamentos de fanatismo e ódio que vinham seguindo a sua própria inércia. Esta inércia, por sua vez, reagindo em sentido oposto, reveste das qualidades dos pensamentos que a seguiam o estímulo que, por isso, se torna interno, contaminado pelo nosso condicionamento. Mas este fato se dá instantaneamente, de modo que a luta contra a nossa própria arrogância e ódio, ou seja, as reações posteriores a esta reação condicionada (o estímulo já interno), tende sempre a manter, na rota que vinha seguindo, aquela série de pensamentos rancorosos, isto é, tem de ser obrigatoriamente contrárias ao que de autêntico exista nas ideias morais em que fomos educados, conquanto, sem uma penetrante percepção, elas se não nos apresentem como tal. Essas reações são pensamentos de racionalização de conduta (fato bem estudado pela Psicanálise), pelos quais um fanático religioso mascara a si próprio os pecados da sua crueldade com a dedicação e apego a religião que condena este mesmo sentimento (a crueldade).

Vê-se aqui, pois, pensamentos de intolerância originados de outros de idêntica natureza. Nada

mais pode haver neste processo do que apenas mudança de palavras mediante um estímulo originalmente externo. Prova-se assim o que dissemos no final do capítulo anterior: "... um pensamento gera outro pensamento, processo em que não cabe nenhuma entidade que os ordene ou lhes dê coerência".

Êsses pensamentos nos desviam cada vez mais do transcendimento do Eu, ou da transformação que resultaria do entendimento dos estímulos puros que a vida nos apresenta. Eis por que a luta contra um sentimento nada mais faz do que consolidá-lo e, até, robustece-lo.

Mas a sensação do Eu surge do entrecchoque dessas inércias, ou melhor, esta instância (o Eu) e esse conflito; ele não foge, pois, do que o contraria, nem o enfrenta; passividade essa que equivale a sua inexistência.

Terminada esta digressão, voltemos ao que antes vínhamos expondo: que só após a sensação de desamparo da ajuda do analista é que emerge a consciência do analisando o reprimido que o enfermou. Essa sensação, porém, a angústia do neurotico na análise, não tem como causa a ausência de respostas importantes e urgentes as suas perguntas? Tratando-se de interrogações fundamentais para a sua cura, o analista, mesmo que o não proibisse a técnica de sua ciência, não as poderia responder, pelo simples fato de não saber. Muito menos o faria o analisando, pois pode alguém responder ao que a si próprio pergunta?

A esse respeito, consideremos uma interrogação geral e básica, não só do neurotico em tratamento, mas de todos que procuram conhecer a si mesmos. É a seguinte: Pode alguém, em algum tempo, alijar de si o seu condicionamento, ou seja, eximir-se das influências que o formaram? As únicas respostas, ilusoriamente tidas como concludentes, seriam "sim" ou "não". Ora, a resposta negativa daria validade ao que dissemos no final do capítulo precedente, isto é, de que só existem pensamentos, não sendo o pensante mais que uma noção imposta sutilmente pela importância com que os fatos se nos apresentam, vale dizer, um conceito determinado pelas reações

(pensamentos) aos estímulos que nos ferem. Deste modo, qualquer de nossas atividades mentais, com exceção repetimos - das adstritas rigorosamente ao conhecimento científico, nada mais seria do que reação do passado. Sendo assim, porém, a própria iniciativa daquela pergunta não nos pertenceria, mas sim as variáveis importâncias dos fatos que nos cercam, entre as quais estaria a que conferimos ao conhecimento de nós mesmos, importância que, como vimos; constitui com as demais uma unidade indissolúvel. Consequentemente, nossa parcialidade na apreciação de qualquer evento e de nós mesmos seria absoluta. Não haveria a mínima liberdade e, por conseguinte, nenhum valor teria a resposta negativa, uma vez que, é claro, a parcialidade nunca pode reconhecer-se como tal. Mas a outra resposta, a positiva, teria algum valor? Por outra; é possível sequer entrevermos em nós o livre arbitrio, ou a possibilidade de, embora mui limitadamente, sermos imparciais?

Dissemos que é um absurdo a parcialidade reconhecer-se como tal. De fato, pois isso importaria na sua extinção como fatalidade a que estivessemos irremissivelmente jungidos. Com efeito, se nos reconhecermos parciais em qualquer julgamento ou apreciação, não será isso admitirmos a possibilidade, conquanto mínima, de sermos imparciais nesse, como em outros casos semelhantes? Mas vimos também que o Eu é formado das influências do passado e que, em todos os seus movimentos, luta por permanecer o que é. Isto significa que aquelas influências, pela inércia que lhes é própria (2) buscam sempre moldar nossas ações e pensamentos. Assim sendo, a admissão da possibilidade de sermos imparciais não seria uma imposição da própria parcialidade (o nosso condicionamento) que dessa forma procura subsistir? A resposta positiva, pois, nenhuma validade tem, pois sem essa imposição ela (a parcialidade) não permaneceria.

Quais seriam, no entanto, as conseqüências de ter-se como concludente qualquer dessas duas respostas? Quanto a de que não podemos nos livrar do passado, será a de nos resignarmos a ser o que somos, fato que, no neurotico, se traduz pela adesão a própria

doença. E quanto a de que o podemos fazer, a consequência não seria a mesma? Se, achando que podemos deixar o passado, o deixássemos de fato, não haveria então nenhum problema. Seria o descondicionamento completo, de que resultaria a visão ex-tasiante do Real. Mas isso é raríssimo. O que acontece na imensa maioria dos casos é que, no momento mesmo de pensar ou agir, nunca temos, verdadeiramente, a certeza de o fazer completamente livres de condicionamento. Mas esperemos fazê-lo em futuro próximo ou remoto. Isto, porém, não é a admissão do gradualismo imposto pela parcialidade, sobre o qual já falamos, ou a procrastinação de um ato que, para ser completo, tem de se dar no presente? Não se daria aqui o mesmo fenômeno do religioso citado no capítulo segundo que, procurando atingir a bemaventurança de sua crença com a sublimação dos seus sentimentos, nada mais faz do que continuar a ser o que é? Assim, pois, as duas respostas nada concluem. Nelas estão ocultas, em toda a sua pujança, as forças do passado. Inferese, então, que a única resposta verdadeira é esta: Não sei.

Mag a pergunta de que agora tratamos envolve a questão que nos vem ocupando desde o início deste ensaio: a da inseparabilidade de ~~do pensante e do pen~~ sante e do pensamento e, conseqüentemente, a da possibilidade ou não da auto-observação pura. E esta, portanto, uma pergunta fundamental, cuja resposta, como vimos pela analogia com o método da Psicanálise, não nos poderá ser dada por ninguém. Entretanto, dentro ainda da semelhança com a técnica de Freud, esta resposta poderá ser conhecida, mas apenas por quem, num verdadeiro interesse no conhecimento de si mesmo, busca interar-se do conteúdo da pergunta que lhe corresponde. (3) Em outros termos: o conhecimento perfeito do que se contém na pergunta, torna intensamente consciente a dúvida que o Eu se esforça por ocultar a si próprio, como no caso, já mencionado duas vezes, do religioso que não admite a subsistência futura de suas incertezas. O que absolutamente é necessário e não fugirmos da dúvida, e permanecermos na plena consciência do estado de não-saber. A esse respeito, diz Krishnamurti:

"se a mente puder ficar no estado de não-saber, não apenas verbalmente, mas experimentando realmente es se estado, não estaria ela então livre do passado?" Isto é um fato, pois na resposta positiva ou negativa insinuam-se sempre, em toda a sua força, as influências que nos condicionaram.

2 - Essas influências podem ser pensadas e, portanto a elas se aplica o que dissemos na nota (2) do capítulo II.

3 - No processo psicanalítico, há momentos em que se reproduz, quanto a relação analista-analisando, o que se passou na primeira infância deste último, quando o mesmo esperava do pai, ou da pessoa que o representava, satisfação ao seu desejo de proteção e carinho. O analisando, pois, toma a analista como o pai todo poderoso e onisciente introjetado em sua psique naquela recuada época. Ora, este fato, conhecido em Psicanálise com o nome de "transfêrencia positiva" e determinado pela "inércia dos pensamentos" (ver nota 2 do capítulo II) e constitui a derradeira resistência do reprimido ao seu afloramento à consciência. Nestas circunstâncias, para que o analisando compreenda a situação falsa em que se encontra, é necessário que o analista se recuse desempenhar tal papel, isto é, lhe negue o consolo das respostas as perguntas que aquele lhe dirige. Isto, porque essas respostas, referentes sempre à possibilidade de extinção de seus sintomas morbidos, infalivelmente o desviam do conhecimento da falsidade da situação acima referida, ou - o que é a mesma coisa - da compreensão do conteúdo de suas perguntas, que nunca deixa de ser reivindicação do carinho de que, inconscientemente, se julga privado desde a mais tenra infância. Surge assim a condição de desamparo aludida no começo deste capítulo, fato este idêntico ao estado de não-saber agora referido. Mas, pelo seu desejo de cura, o neurotico enfrenta a angústia desse estado, e daí advém, concomitantemente, o entendimento da situação acima descrita e a serenidade consequente a extinção do complexo paterno. Identicamente, so com um intenso interesse no autoconhecimento, pode

mos enfrentar o desconforto da dúvida. Daí advi-
ra, simultaneamente ao destemor da verdade, por
mais desoladora que ela, antes, se nos pudesse a-
presentar, o inteiro alijamento do passado que
nos condicionou.

CAPITULO V

O auto conhecimento ne
nhuma relação tem com
os problemas da vida di
aria. O transcendimento
do Eu requer atenção to
tal as questões básicas
que a vida nos impõe.
So no entendimento dos
termos dessas questões
poderá existir essa a-
tenção, e não no esfor-
ço com, que buscamos so
luciona-las.

Vimos no capítulo precedente que, tratando-se de
interrogações de vital importância, como a da possi-
bilidade, ou não, da observação pura dos pensamen-
tos, nunca se deve esperar respostas concluentes e
que somente em seus conteúdos, quando corretamente
formuladas, se encontram as soluções que exatamente
lhes correspondem. (1) Assim, pois, devemos sempre
e apenas entender bem os seus termos, e nunca nos

1 - Dêste modo, quando perguntamos "Deus
existe?", qual o conteúdo desta pergunta?
Não está nela implícito um medo de castigo,
um remorso inconsciente, reminiscências da
primeira infância e, mesmo, a memória da es-
pécie? O que queremos, na realidade, não é
saber se ha uma entidade criadora e mantene-
dora de tudo quanto existe, mas sim se é
possível manter-se em termos de paz, nas
profundezas de nossa psique, a relação Pai-
filho e, conseqüentemente, ganharmos, em uma
outra vida, tudo que esta nos negou. Ora,
o conteúdo dessa pergunta, imposto pelo com-
plexo de Edipo aludido no capítulo I, trará,
pela persuasão íntima dos motivos que a de-
terminaram, a dissolução desse mesmo comple-
xo, condição imprescindível para o entendi-
mento não só desta, mas de todas as questões
básicas que a Vida nos expõe.

angustiarmos na busca de uma solução julgada possível. Em outras palavras devemos situar-nos dentro do problema, e não fora, como geralmente se faz. Mas que significa colocarmo-nos dentro de um problema? E porque procurarmos resolvê-lo e pormo-nos fora do mesmo?

Para responder, tomemos como exemplo a questão formulada no capítulo IV: se podemos, ou não, alijar de nos o passado que nos formou. Ora, vimos ali, citando o caso do religioso que não admite a subsistência futura do seu condicionamento, como a resposta positiva pode ser imposição da inércia das influências que o modelaram. E, assim respondendo, ele não se coloca fora da questão proposta? Pois que mais significaria sua crença na possibilidade de controle daquelas influências, ao ponto, até, de que um dia as poderá extinguir? Isto parece-nos claro, pois só podemos agir sobre o que é exterior a nós mesmos.

Dêste modo, se admitirmos que não podemos nos descondicionar, essa admissão, evidentemente condicionada por si própria, teria algum valor? Pois não estaria aí a parcialidade reconhecendo-se como tal, fato cuja absurdidade dispensa demonstração? E com esta resposta, não nos colocaríamos também fora do problema? Dissemos que dela resulta a resignação; e nesta não está implícito cremos que poderiam ser outros os fatores que nos condicionaram, ou outras nossas reações aos mesmos, de modo a não possuímos a questão que no momento nos aflige? Na resignação, pois, está presente o Eu, a se paração do pensante dos pensamentos. E esta presente também, consequentemente, a busca de solução, vale dizer, o esforço constante do resignado para adaptar-se a situação que o infelicitava.

Assim, insistimos, tanto como a resposta positiva, a negativa é igualmente imposição do passado condicionante, ou seja, dos elementos do problema suscitado pela pergunta formulada, os quais, por essa única maneira, podem manter indefinidamente a sua continuidade.

Mas o entendimento pleno do que até aqui expusemos não corresponde mantê-lo vivo em nossa mente e

reconhecer, ao mesmo tempo, a insensatez da procura de sua solução? É este o estado de "não saber" já aludido. E, quanto ao problema em tela, significa nada sabermos além de que somos apenas nosso condicionamento, quando buscamos solucioná-lo. E, como vimos - ao falarmos do fortalecimento de um sentimento, ou de uma tendência, quando o combatemos - é uma ilusão imaginarmos o condicionamento agindo contra si mesmo.

Não cabe aqui a objeção de que o interesse por esse problema (mantê-lo vivo em nossa mente) oculta ainda um objetivo de solução. Essa objeção só seria válida, se, admitida a possibilidade de nos descondicionarmos com o estado de "não saber", tentássemos com ele resolver qualquer dos problemas de nossa vida diária. Antecederíamos então a inter-rogação fundamental que nos ocupa esta outra: "Por que nos queremos descondicionar?" Isto parece-nos claro, pois só em tais casos poderão surgir perguntas sobre a vantagem do descondicionamento. Mas se assim fizemos, não se estaria mantendo vivo em nossa mente o problema fundamental, não estaríamos sentindo sua magnitude. A dúvida, então, não seria "se podemos alijar de nós o nosso condicionamento", mas sim se haveria vantagem em fazê-lo, dúvida essa, e bem de ver, suscitada pelos termos dos problemas secundários com que defrontamos, com o fim evidente de permanecerem.

O fato é que o problema essencial existe por si só, independentemente de o procurarmos, e nenhuma relação ter com as nossas dificuldades da vida cotidiana. Se o procurarmos, só o faremos por exigência dessas dificuldades, ou seja, dos pensamentos que as revestem, os quais, como vimos, formam o pensante, o Eu. Isto prova que ele (o problema essencial) nada tem com esta instância psíquica. Ele é exterior a mesma, e situarmos-nos dentro dele é transcender o Eu. Devemos apenas sentir a sua relevância e compreender que toda tentativa de resolvê-lo nada mais é do que fuga de sua compreensão.

Mas este assunto acarreta outro de fundamental importância: o da plena atenção que devemos ter para com todo problema de valor vital como este. Assim, pelo que dissemos sobre a imposição dos ter-

entender

mos das questões secundárias que nos assediam (os nossos pensamentos), deduz-se que essa imposição determina o enfocamento de nossa atenção apenas na possibilidade das soluções que buscamos, que são sempre as que nos agradam. E colocarmo-nos dentro do problema não é desenfocar nossa atenção e, com ela, abrangê-lo por inteiro?

...ⁱⁱ...

CAPÍTULO VI

A impermanência dos pensamentos e das ideias. O Eu é um conflito dual e as experiências incompletas, originadas desse conflito, dão-lhe coesão e o restringe indefinidamente. Ele só se extingue por uma ação externa a esse conflito e, alheia a essas experiências. Só através de auto-conhecimento pode surgir a auto-observação pura. Para isso, é necessário e suficiente sentir o condicionamento e, sinceramente, desejar exterminá-lo.

No capítulo precedente falamos da necessidade de manter-se viva em nossa mente a questão (1) do nosso descondicionamento, do qual resulta a inteira liberdade ante os desafios que a vida nos apresenta. Entretanto, repetindo muitos dos conceitos ali exarados, tentemos agora tornar-nos mais claro, encarando esse assunto do mais elevado ponto de vista - o religioso, mas no sentido exato deste termo.

Ora, toda pessoa que observa com seriedade a vida sob os seus variados aspectos, impressiona-se fundamentalmente com a instabilidade dos intentos com que procuramos dar significado a nossa existência. Quanto mais maduros nos tornamos, mais dolorosamente sentimos a evidência dessa irrevogável transitoriedade. Até a própria ideia de permanência que nos incute as religiões e as filosofias e impermanente, razão por que mudam os homens com frequência seus ídolos, seus deuses e seus cultos no curto lapso de sua existência.

Assim, no tumulto dos acontecimentos que nos cercam, na dança descompassada dos valores que nos impoem o meio e a validade efêmera de nossas próprias experiências, é fatal surgir o desejo legítimo de comunhão com algo permanente ou, ao menos, o de saber se tal coisa existe.

Entretanto, essa aspiração não poderá nunca ser natural e autêntica, se for a da permanência pessoal, pois, então, incidiríamos na contradição inerente a todo processo do Eu. Com efeito, sendo esta

instância psíquica formada de experiências incompletas que, justamente, por serem inconclusas, se interligam, dando coesão a entidade cativa de todas as circunstâncias que a rodeiam - o próprio Eu - o seu processo de ação será sempre o de fugir da completação daquelas experiências, como dissemos no capítulo II. Daí se conclui que o seu desejo e procura de permanência nada mais significa do que a flagrante contradição inseparável da sua própria natureza, visto que o objeto desse desejo e dessa busca é a estabilidade de um estado incompleto, insusceptível, pois, de permanência.

Mas o seu modo de agir, como ficou demonstrado no decurso deste ensaio, e o da reflexão e análise, processo que, pela absoluta ausência de liberdade, não nos pode levar a parte a parte alguma. O Eu não possui o livre arbítrio, e daí concluir-se que as representações das experiências inacabadas que o formaram, bem assim as do seu ambiente atual, não podiam (aquelas) e não podem (estas) deixar de ter a importância que tinha ou que presentemente têm. Mais ainda: não podiam as do passado, como não podem as atuais, ser diferentes do que foram e do que agora são.

Ora, essa fixidez absoluta - a das imagens, ou representações, com que se apresentam a nossa consciência as influências em nós atuantes - levamos ao reconhecimento de que o desejo de permanen-

1 - Substituímos neste capítulo a palavra problema, usada no cap. anterior, por "questão", "assunto", etc.. Usamos aquela palavra para clareza de exposição. Ela, no entanto, é impropria, pois a "problema" está inseparável o conceito de solução. Seria, então, fazer do autoconhecimento um problema, o que anularia todas as assertivas deste e do cap. anterior.

cia do Eu não é simplesmente imposição dos valores do seu ambiente. Mais do que isso, esse desejo e a própria importância desses valores (2). Assim, é errônea a afirmativa de Freud de que as ideias religiosas são representações de desejos. Essas ideias, se existentes, e claro, pelas suas importâncias, constituem o próprio desejo, uma vez que só podem reproduzir-se, para cada pessoa, por imagens que lhe são absolutamente peculiares.

Mas asseveramos linhas atrás que é legítima e natural a aspiração a permanência. E que a constituiria, senão a força, já mencionada, que impede as experiências incompletas a se completarem ou a serem entendidas? Essa energia não pode exhibir-se ao nosso espírito por nenhuma das imagens que formam o patrimônio do Eu. Ela é contrária a estabilização desta instância psíquica, tendendo a dissolvê-la, pois que, como dissemos, a coesão e unidade desta só existe por serem incompletas, ou não compreendidas, as experiências que a integram. Pelo exposto, seria erro crasso confundir essa energia com qualquer das propensões antagônicas do conflito dual da natureza mesma do Eu, pois a isso se opõem não só as contradições que o caracterizam, como também, no caso em apreço, a estabilidade com tanto empenho por ele buscada. Ela nada tem, pois, com esta instância, assim como a porção incompleta de nossas experiências - posto que não foram vividas até a sua exaustão - nenhuma representação autêntica poderá ter em nossa consciência. Aliás, qualquer ideia que dessa energia fizermos será sempre falsa, bem assim a da permanência, que o Eu concebe o fim evidente de nela se ancorar e continuar a ser o que é.

2 - A afirmativa de que a importância desses valores impõe o desejo implica a existência anterior da entidade que, por essa imposição, desejaria. Mas essa entidade (o Eu, o pensante) é formado pelo pensamento; daí, a absoluta identidade do desejo e da importância da coisa desejada.

~ Mas, repetimos, é natural e legítima a aspiração a permanência. Como, porém, podemos assim qualificar-la, se não sabemos se o seu objeto (a permanência) existe? Do ponto de vista do senso comum - o da limitação egocentrista - essa pergunta fica, evidentemente, sem resposta. Entretanto, podemos saber que estamos condicionados por essa limitação e sinceramente sentir a necessidade de extermi^{na}-la. E o sentimento intenso dessa necessidade não é o afloramento a nossa percepção da energia atuante da parte inconclusa de nossas vivências do passado? É esta uma maneira de conhecimento que, embora sem a ação confinante (3) das palavras, não é menos natural - bem ao contrario - do que aquela admitida pelo Eu, que, no caso, exige antes, para justificá-la, a certeza da existência do objeto desejado. Mas, para que sintamos a indispensável precisão de nos descondicionarmos, não podemos, absolutamente, denominar nenhum condicionamento de bom ou de mau, e este é o fulcro de toda a questão aqui tratada, o seu ponto essencial e difficilimo. O que comumente acontece é que, ou acolhemos e prazerosamente alimentamos o nosso condicionamento, ou o repelimos, conforme o chamamos de benefício ou no civo a nossa pessoa ou aos nossos ideais. O imprescindível é aceitá-lo, coisa que, tratando-se de uma restrição psíquica julgada malefica, é bem diversa da resignação, de que já falamos no Cap. IV.

No entanto, não podendo ser abrangido pelo nosso conhecimento nada de verdadeiro da porção incompleta de nossas experiencias, segue-se que o trabalho de descondicionamento está inteiramente afeto a parte inconsciente de nossa psique e que a citada energia é totalmente externa e alheia ao Eu. Mas, como poderíamos relegar a essa parte inconsciente esse trabalho, a não ser não qualificando nossos estados condicionados, porém chamando-os apenas de

3 - Tornar consciente ^{o inconsciente} e trazê-lo em palavras. Para isso, é necessário que os significados destas derivem de representações capazes de consciência, i. e. préconscientes.

dicionados, porém chamando-os apenas de condicionamento? (4) De fato, pois a noção que deles tivemos de bom ou de mau - derivará sempre de representações susceptíveis de serem conhecidas, embora inculcado a consciência desde o início de sua formação.

Vê-se, pois, que é imprescindível e suficiente sentir o caráter transcendental deste assunto, e não nos entregarmos a especulações que fatalmente nos prenderão ao estreito círculo das contradições do Eu. Só assim se poderá efetivar a auto-observação pura, sem a qual, como diz Freud, "regeita-se sempre uma parte das ocorrências emergentes, depois de percebe-las (o material onírico e as ideias patológicas referidas no começo deste ensaio), bem como interrompem-se outras em seu desenvolvimento, negando-se os caminhos que se abrem ao seu pensamento, e reprimem-se outras antes que cheguem a percepção, não se deixando tornar conscientes".

Mas, contrariamente ao que diz o psicólogo de Viena, será possível com a adoção de um método? Todo método tem sua ação própria: a de contranger a atenção ao fim para que foi criado. Deste modo, não envolve evidente contradição admitirmos um cujo objetivo seja precisamente o de libertá-la para a observação plena do que ele chamou de "fenômenos emergentes"?

Dissemos também (cap. IV) que a análise pela técnica freudiana reproduz abreviadamente as ocorrências que a vida nos impõe. Sendo assim, os pensamentos intercorrentes, acolhidos ou rejeitados com angustiado esforço, pelo analisando significam simplesmente representações dos elementos inconscientes dos seus problemas diários, uma vez que consti

4- Há uma analogia entre este fato e o que comumente se passa com qualquer problema da vida diária: muitas vezes só se encontra a sua solução depois que se desiste de procurá-la, após um lapso repousante, principalmente o do sono.

tuem, como ficou dito, ramificações do complexo que o desadaptou da vida social, desadaptação essa responsável pela sua sujeição ao método da "associação livre de ideias". Destas considerações conclui-se que, por esse processo, ou por qualquer outro, não se poderá nunca economizar a energia psíquica de que nos fala Freud, e muito menos, é claro, aplica-la não só na observação pura dos pensamentos interferentes no processo mental já aludidos, como também na compreensão cabal de nenhum dos problemas psicológicos que nos afligem.

O essencial, insistimos, é sentir a importância da questão básica aqui referida. Embora, como dissemos, ela nenhuma relação tenha com os nossos problemas cotidianos, estes, sem que a sintamos, de maneira alguma poderão ser convenientemente atendidos. Mas não podemos nos atormentar com especulações sobre este assunto, do contrário, transformá-lo-íamos num problema, revestindo-o das características das questões que habitualmente nos assediam e que exigem a procura de solução - o esforço da atenção canalizada no sentido de um resultado.

Só assim poderá surgir a atenção total, não dirigida, e com ela a genuína observação dos pensamentos, o estado de lucidez sem objetivo, não buscado pelo Eu.

Contrariamente à atenção dirigida, adstrita ao senso comum, da atenção total decorre o bom senso, ou melhor, é ela o próprio Bom Senso. E, livre das restrições egocentristas, unicamente ele pode sentir como autêntica a aspiração a que aludimos e, conjuntamente, vislumbrar a Permanência.

